



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZÁLIA

ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

## PROJETO DE LEI Nº 647/2017

27 de setembro de 2017

**“DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DA LEI DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**A Câmara Municipal de Cruzália aprova:**

### **CAPÍTULO I DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Art.1º. Órgão superior de deliberação colegiada, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado ao Departamento Municipal de Assistência Social;

Art. 2º. O Controle Social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de controlar, zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos dos destinatários da Política.

Art.3º. Conselho Municipal de Assistência social é a sociedade organizada tem de intervir nas políticas públicas, interagindo com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação do município, do estado ou do Governo Federal. Os conselhos de políticas e de defesa de direitos, tais como os de Assistência Social são formas democráticas de controle social de caráter I - deliberativo com as seguintes funções:

- II - Normatiza, quando fixas doutrinas e normas em geral;
- III - Consultiva, quando responde as indagações em matéria de assistência social;
- IV - Deliberativa, quando decide questões relacionadas a assistência social;
- V - Fiscalizadora, quando fiscaliza as ações voltadas a área de assistência social.

### **CAPÍTULO II COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO**

Art. 4º. O CMAS é composto por no mínimo 10 membros e no máximo 20 membros e respectivos suplentes indicados de acordo com os critérios, nomeados pelo Prefeito para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período;

I – Representantes governamentais;

II – Representantes da sociedade civil, dentre representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZÁLIA

ESTADO DE SÃO PAULO

## DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

§1º Quando na Sociedade Civil houver uma única entidade habilitada de uma dada categoria, admitir-se-á provisória e excepcionalmente, que o CMAS preencha as vagas de titular e suplência com representantes da mesma entidade.

§ 2º. Os representantes da Sociedade Civil serão eleitos e fórum próprio;

§ 3º. CMAS será presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 1 (um) ano, permitida única recondução por igual período, observada a alternância entre representantes da sociedade civil e governo.

§ 4º. A Mesa Diretora, é composta de estrutura disciplinada pelo CMAS, sendo presidente, vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário e tesoureiro, eleitos pelo plenário e regulamentada pelo Decreto do Executivo;

§ 5º. As Comissões Temáticas, cujo objetivo é acompanhar os programas socioassistências, tais como: Benéfico de Prestação Continuada – BPC, Programa Bolsa Família – PBF e Programa de Irradiação do Trabalho Infantil-PETI.

Art.5º. O CMAS reunir-se-á ordinariamente uma vez ao mês, conforme calendário anual previamente acordado, e, extraordinariamente sempre que necessário.

§ 1º. As reuniões serão abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas, e funcionará de acordo com o Regimento Interno.

§ 2º. O Regimento Interno definirá entre outras:

I - O quórum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões do Plenário, para as questões de suplência e perda de mandato por faltas,

II- Atribuições da Mesa Diretora,

III- Processo de eleição da sociedade civil e da Mesa Diretora

IV- Periodicidade das reuniões do Plenário e das Comissões

V- Publicidade dos atos do Conselho

VI- Das condições que devem ser seguidas para alterar o Regimento Interno;

VII- Detalhamento das atribuições da Secretaria Executiva e Mesa Diretora

VIII- Definirá Critério para as Reuniões

Art. 6º. A participação dos conselheiros no CMAS é de interesse público e relevante valor social e não será remunerada.

Art. 7º. O controle social do SUAS no Município efetiva-se por intermédio do Conselho Municipal de Assistência Social -CMAS e das Conferências Municipais de Assistência Social, além de outros fóruns de discussão da sociedade civil.

Art. 8º. O Conselho Municipal de Assistência Social contará com uma Secretaria Executiva com assessoria técnica.

§ 1º. A Secretaria Executiva deverá ser a unidade de apoio ao funcionamento do Conselho, para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações, devendo contar com pessoal técnico administrativo;

§ 2º. A Secretaria Executiva subsidiará o plenário com assessoria técnica e poderá requisitar consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área da assistência social, para dar suporte e/ou prestar apoio logístico ao Conselho.

Art. 9º. O funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social, tem responsabilidades independentes do funcionamento dos demais órgãos não podendo, portanto, sofrer interferência no seu funcionamento.

## DAS COMPETENCIAS



Art. 10. Respeitando as competências exclusivas do Legislativo Municipal. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

- I - Elaborar, alterar, aprovar e publicar seu regimento interno;
- II - Convocar as Conferências Municipais de Assistência Social e acompanhar a execução de suas deliberações;
- III - Aprovar a Política Municipal de Assistência Social, em consonância com as diretrizes das conferências de assistência social;
- IV - Apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências municipais e da Política Municipal de Assistência Social;
- V - Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social, apresentado pelo órgão gestor da assistência social;
- VI - Aprovar o plano de capacitação, elaborado pelo órgão gestor;
- VII- Acompanhar o cumprimento das metas nacionais, estaduais e municipais do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS;
- VIII- Normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social de âmbito local;
- IX- Apreciar e aprovar informações da Secretaria Municipal de Assistência Social inseridas nos sistemas nacionais e estaduais de informação referentes ao planejamento do uso dos recursos de cofinanciamento e a prestação de contas;
- X- Apreciar os dados e informações inseridas pelo Departamento Municipal de Assistência Social, unidades públicas e privadas da assistência social, nos sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados e informações sobre o sistema municipal de assistência social;
- XI- Alimentar os sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados e informações sobre os Conselhos Municipais de Assistência Social;
- XII- Zelar pela efetivação do SUAS no Município;
- XIV- Zelar pela efetivação da participação da população na formulação da política e no controle da implementação;
- XIII- deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS em seu âmbito de competência;
- XIV- Estabelecer critérios e prazos para concessão dos benefícios eventuais;
- XV- Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS;
- XVI- Fiscalizar a gestão e execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família-IGD-PBF, e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social -IGD-SUAS;
- XVII- Planejar e deliberar sobre a aplicação dos recursos IGD-PBF e IGD-SUAS destinados à atividades de apoio técnico e operacional ao CMAS;
- XVIII - Participar da elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual e suas alterações no que se refere à assistência social, bem como do planejamento e da aplicação dos recursos destinados às ações de assistência social, tanto dos recursos próprios quanto dos oriundos do Estado e da União, alocados FMAS;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZÁLIA

ESTADO DE SÃO PAULO

## DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

- XIX- Apreciar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social a ser encaminhada pelo Departamento Municipal de Assistência Social em consonância com a Política Municipal de Assistência Social
- XX- Aprovar o aceite da expansão dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, objetos de cofinanciamento;
- XXI- Orientar e fiscalizar o FMAS;
- XXII- Divulgar, no Diário Oficial Municipal, ou em outro meio de comunicação, todas as suas decisões na forma de Resoluções, bem como as deliberações acerca da execução orçamentária e financeira do FMAS e os respectivos pareceres emitidos.
- XXIII- Receber, apurar e dar o devido prosseguimento a denúncias;
- XXIV- Deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS no âmbito do município;
- XXV- Estabelecer articulação permanente com os demais conselhos de políticas públicas setoriais e conselhos de direitos.
- XXVI- Realizar a inscrição das entidades e organização de assistência social;
- XXVII- Notificar fundamentadamente a entidade ou organização de assistência social no caso de indeferimento do requerimento de inscrição;
- XXVIII- Fiscalizar as entidades e organizações de assistência social;
- XXIX- Emitir resolução quanto às suas deliberações;
- XXX- Registrar em ata as reuniões;
- XXXI- Instituir comissões e convidar especialistas sempre que se fizerem necessários.
- XXXII- Zelar pela boa e regular execução dos recursos repassados pelo FMAS, executados direta ou indiretamente, inclusive no que tange à prestação de contas;
- XXXIII- Avaliar e elaborar parecer sobre a prestação de contas dos recursos repassados ao Município;
- XXXIV- Deliberar sobre a reprogramação dos saldos financeiro resultante do superávit financeiro, para ajuste das dotações do orçamento vigente;
- XXXIV- Acionar o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;
- Art. 11. O CMAS deverá planejar suas ações de forma a garantir a consecução das suas atribuições e o exercício do controle social, primando pela efetividade e transparência das suas atividades.
- §1º O planejamento das ações do conselho deve orientar a construção do orçamento da gestão da assistência social para o apoio financeiro e técnico às funções do Conselho.
- §2º O CMAS utilizará de ferramenta informatizada para o planejamento das atividades do conselho, contendo as atividades, metas, cronograma de execução e prazos a fim de possibilitar a publicidade.
- Art. 12. O governo municipal garantira autonomia administrativa para o pleno funcionamento do CMAS, dotação orçamentária, autonomia financeira e necessária infraestrutura e apoio técnico;
- I- O Conselho Municipal de Assistência Social decide sobre seu próprio orçamento;
- II- Cabe ao CMAS deliberar sobre a estrutura administrativa e o quadro de pessoal.
- Art. 13. A participação dos conselheiros no CMAS é de interesse público e relevante valor social e não será remunerada.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZÁLIA

ESTADO DE SÃO PAULO

## DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 14. O controle social do SUAS no Município efetiva-se por intermédio do Conselho Municipal de Assistência Social -CMAS e das Conferências Municipais de Assistência Social, além de outros fóruns de discussão da sociedade civil.

Parágrafo único. Os critérios e prazos para prestação dos benefícios eventuais devem ser estabelecidos por meio de Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme prevê o art. 22, §1º, da Lei Federal nº 8.742, de 1993.

### CAPITULO III

#### DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 15. As Conferências Municipais de Assistência Social são instâncias periódicas de debate, de formulação e de avaliação da política pública de assistência social e definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS, com a participação de representantes do governo e da sociedade civil.

Art. 16. As conferências municipais devem observar as seguintes diretrizes:

I - Divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando objetivos, prazos, responsáveis, fonte de recursos e comissão organizadora;

II - Garantia da diversidade dos sujeitos participantes;

III - estabelecimento de critérios e procedimentos para a designação dos delegados governamentais e para a escolha dos delegados da sociedade civil;

IV - Publicidade de seus resultados;

V - Determinação do modelo de acompanhamento de suas deliberações; e

VI - Articulação com a conferência estadual e nacional de assistência social.

Art. 17. A Conferência Municipal de Assistência Social será convocada ordinariamente a cada quatro anos pelo Conselho Municipal de Assistência Social e extraordinariamente, a cada 2 (dois) anos, em parceria com o Departamento Municipal de Assistência Social, conforme deliberação da maioria dos membros dos respectivos conselhos.

#### PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS

Art. 18. É condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social e garantir os direitos socioassistenciais o estímulo à participação e ao protagonismo dos usuários nos conselhos e conferências de assistência social.

Art. 19. O estímulo à participação dos usuários pode se dar a partir de articulação com movimentos sociais e populares e ainda a organização de diversos espaços tais como: fórum de debate, comissão de bairro, coletivo de usuários junto aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

#### DA REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS INSTÂNCIAS DE NEGOCIAÇÃO E PACTUAÇÃO DO SUAS.

Art. 20. O Município é representado nas Comissões Inter gestores Bipartite - CIB e Tripartite - CIT, instâncias de negociação e pactuação dos aspectos operacionais de gestão e organização do SUAS, respectivamente, em âmbito estadual e nacional, pelo



Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS e pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS. §1º O CONGEMAS E COEGEMAS constituem entidades sem fins lucrativos que representam as secretarias municipais de assistência social, declarados de utilidade pública e de relevante função social, onerando o município quanto a sua associação a fim de garantir os direitos e deveres de associado.

§2º O COEGEMAS poderá assumir outras denominações a depender das especificidades regionais.

#### **CAPÍTULO IV DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Art. 21. O Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, criado pela lei 021/97, que ora atualizado, é um fundo público de gestão orçamentária, financeira e contábil, com objetivo de proporcionar recursos para cofinanciar a gestão, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 22. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS:

I – Recursos provenientes da transferência dos fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II – Dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III – Doações, auxílios, contribuições, subvenções de organizações internacionais e nacionais, Governamentais e não Governamentais;

IV – Receitas de aplicações financeiras de recursos do fundo, realizadas na forma da lei;

V – As parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da lei e de convênios no setor.

VI – Produtos de convênios firmados com outras entidades financiadoras;

VII – Doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;

VIII – Outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§1º A dotação orçamentária prevista para o órgão executor da Administração Pública Municipal, responsável pela Assistência Social, será automaticamente transferida para a conta do Fundo Municipal de Assistência Social, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§2º Os recursos que compõem o Fundo, serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sobre a denominação – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

§3º As contas receptoras dos recursos do cofinanciamento federal das ações socioassistenciais serão abertas pelo Fundo Nacional de Assistência Social.

Art. 23. O FMAS será gerido pelo Departamento Municipal de Assistência Social sob orientação e fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS integrará o orçamento do Departamento Municipal de Assistência Social.

Art. 24. Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS serão aplicados em:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZÁLIA

ESTADO DE SÃO PAULO

## DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

- I – Financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de assistência social desenvolvido pelo Departamento Municipal de Assistência Social ou por Órgão conveniado;
- II – Em parcerias entre poder público e entidades de assistência social para a execução de serviços, programas e projetos socioassistencial específicos;
- III – Aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento das ações socioassistenciais;
- IV – Construção reforma ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de Assistência Social;
- V – Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de Assistência Social;
- VI – Pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. da Lei Federal nº 8.742, de 1993;
- VII- Pagamento de profissionais que integrarem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Art. 25. O repasse de recursos para as entidades e organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, observando o disposto nesta Lei.

Art. 26. O saldo positivo do Fundo, apurado em balanço, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

Art. 27. Os relatórios de execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do CMAS, trimestralmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

Art. 28. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cruzália – SP, 27 de setembro de 2017

**JOSE ROBERTO CIRINO**  
**PREFEITO**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZÁLIA

ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Ofício Gab. nº 216/2017

Cruzália – SP., 27 de setembro de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente:  
Nobres Edis:

Venho à presença de Vossa Excelência para encaminhar o Projeto de Lei nº 647/2017, que dispõe em sua ementa: “**DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DA LEI DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DAS CONFERENCIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS**”.

Desta forma, ficamos no aguardo que Vossas Excelências analisem os projetos de lei em questão, e que ao final possa receber o competente voto de aprovação, subscrevemo-nos, e ao ensejo reitero protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

**JOSE ROBERTO CIRINO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

À Vossa Excelência, o Senhor Vereador  
**ARILDO OSMAR DE MORO**  
DD. Presidente da Câmara Municipal de  
**CRUZÁLIA - SP**